

STJ00098208

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

Manual do
**MANDADO DE
SEGURANÇA**

2ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2012 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2013; 2. ed. 2014

Capa: Leonardo Hermano

Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Câmara, Alexandre Freitas
Manual do mandado de segurança / Alexandre Freitas Câmara.
– 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8853-7

ISBN 978-85-224-8854-4 (PDF)

1. Mandado de segurança 2. Mandado de segurança – Brasil I. Título.

13-01360

CDU-342.722(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mandado de segurança : Direito 342.722(81)
2. Mandado de segurança : Brasil : Direito 342.722(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Prefácio, xi

Apresentação, xvii

Introdução: O Mandado de Segurança como Instituto de Direito Processual Público, xxix

1 Evolução Histórica e Direito Comparado, 1

§ 1º Evolução histórica do mandado de segurança, 1

§ 2º Breve notícia de Direito Comparado, 12

2 Considerações Gerais, 18

§ 3º Natureza jurídica do mandado de segurança, 18

§ 4º Mandado de segurança individual e coletivo, 25

§ 5º O modelo constitucional de processo e o mandado de segurança, 27

§ 6º A Lei nº 12.016/2009 e a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, 29

3 Sujeitos do Processo do Mandado de Segurança Individual, 36

§ 7º Legitimidade ativa, 36

§ 8º Legitimidade passiva, 50

§ 9º A autoridade apontada como coatora, 59

§ 10. Litisconsórcio, intervenção de terceiros e *amicus curiae* no processo do mandado de segurança, 76

4 O Bem da Vida Tutelável Através de Mandado de Segurança: Direito Líquido e Certo, 88

§ 11. Conceito de direito líquido e certo, 88

§ 12. Colocação do direito líquido e certo no objeto da cognição judicial, 95

§ 13. Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança, 106

5 O Procedimento do Mandado de Segurança Individual, 151

§ 14. Petição inicial, 151

§ 15. Pronunciamento liminar, 158

§ 16. Notificação da autoridade coatora e “ciência” da pessoa jurídica. Informações da autoridade e resposta da pessoa jurídica, 186

§ 17. Manifestação do Ministério Público, 191

§ 18. Sentença, 194

§ 19. Peculiaridades do procedimento nos casos de competência originária dos tribunais, 212

6 Sentença e Coisa Julgada em Mandado de Segurança Individual, 216

§ 20. A sentença de procedência do pedido, 216

§ 21. As sentenças denegatórias de mandado de segurança, 222

7 Recursos no Processo do Mandado de Segurança, 233

§ 22. Considerações gerais, 233

§ 23. Apelação, 233

§ 24. Agravo contra decisão proferida em primeira instância, 236

§ 25. Agravo interno, 237

§ 26. Embargos de declaração, 239

§ 27. Recurso ordinário constitucional, 240

§ 28. Recursos excepcionais, 253

§ 29. Não cabimento de embargos infringentes, 255

8 Reexame Necessário em Mandado de Segurança, 262

§ 30. O reexame necessário da sentença concessiva de mandado de segurança, 262

9 Efetivação da Decisão que Concede Mandado de Segurança, 268

§ 31. A efetivação por ofício (mandado de segurança), 268

§ 32. Outras técnicas executivas, 271

§ 33. A execução por quantia certa, 277

10 Suspensão de Segurança, 280

§ 34. Conceito, natureza jurídica e requisitos, 280

§ 35. Competência, 298

§ 36. Procedimento, 301

§ 37. Legitimidade, 307

- § 38. Extensão, 310
- § 39. Novo pedido de suspensão, 317

11 Prazo para Impetração, 321

- § 40. O prazo para impetração do mandado de segurança, 321
- § 41. Natureza do prazo, 325
- § 42. Termo inicial do prazo, 330
- § 43. Consequências do decurso do prazo, 332

12 Mandado de Segurança Contra Ato Judicial, 333

- § 44. Cabimento, 333
- § 45. O mandado de segurança como sucedâneo recursal nos Juizados Especiais, 338
- § 46. Peculiaridades do processo e do procedimento, 342

13 Mandado de Segurança Coletivo, 350

- § 47. Conceito, 350
- § 48. Bens jurídicos tuteláveis, 353
- § 49. Legitimidade ativa, 362
- § 50. Coisa julgada, 385
- § 51. Liminar, 392
- § 52. Relação entre mandado de segurança coletivo e mandado de segurança individual, 394
- § 53. Relação entre mandado de segurança coletivo e outras demandas individuais, 398
- § 54. Relação entre mandado de segurança coletivo e outras demandas coletivas, 400

Bibliografia, 403